



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

PARECER SIGA Nº JFRJ-PAR-2024/01706

Referência: Solicitação Eletrônica de Contratação Nº JFRJ-SEC-2024/00023, 22/02/24 - JFRJ.

Assunto: Licitação

Sra. Diretora da Secretaria Geral,

Trata-se de procedimento licitatório, com fulcro nas Leis nº 14.133/2021, nº 12.846/2013 e na Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, na modalidade Pregão Eletrônico, para contratação de empresa seguradora para efetuar seguro para os imóveis utilizados pela Seção Judiciária do Rio de Janeiro na Av. Almirante Barroso, Av. Rio Branco (Anexos I e II) e Av. Venezuela (Blocos A e B), em consonância com as justificativas, formulário de ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES - SJRJ Nº JFRJ-ETP-2024/00026 e TERMO DE REFERÊNCIA Nº JFRJ-TER-2024/00205 (29/05/2024), que substituiu o TERMO DE REFERÊNCIA Nº JFRJ-TER-2024/00054, elaborados pelo Subsecretaria de Gestão de Serviços.

Frise-se que a pertinência do objeto em epígrafe já foi avaliada pela Administração, tendo sido aprovada sua continuidade e registrado o código identificador ID MEDIAWIKI: 69, conforme informado na última versão de TERMO DE REFERÊNCIA Nº JFRJ-TER-2024/00205 (29/05/2024).

Do formulário ESTUDOS TÉCNICOS PRELIMINARES - SJRJ Nº JFRJ-ETP-2024/00026, extraímos:

Objeto: Contratação de seguro dos seguintes imóveis de propriedade da União e utilizados pela SJRJ, Sede Administrativa, Fórum da Rio Branco e Fórum Marilena Franco.

02. Descrição da Necessidade da Contratação

1. Manter os imóveis citados devidamente segurados e desta forma preservar o patrimônio da União.
1. Proteger, através da cobertura por Responsabilidade Civil, os interesses da União diante da possibilidade de eventuais danos a terceiros, dentro de suas dependências.

03. Requisitos da Contratação

Classif. documental

30.01.01.03



JFRJ-PAR202401706A

Tabela 3.1 - Definição dos Requisitos Técnicos e Justificativa dos Requisitos

Requisitos Técnicos

A empresa deverá apresentar atestado da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP segurador brasileiro.

06. Descrição da Solução

Contratação de empresa seguradora para efetuar os seguros dos seguintes imóveis utilizados pela SJRJ. O seguro deve cobrir, no mínimo, os riscos derivados de incêndio, explosão, mesmo que decorrentes de consequências, danos elétricos e responsabilidade civil operações.

Todos os imóveis ocupados pela SJRJ são segurados. A presente contratação objetiva ser válida a partir de 08/08/2024 e não poderá ser prorrogado.

Quanto ao valor segurado, tomamos por base a avaliação do SPIUNET, para o imóvel em questão.

O valor da última contratação, acima referida, foi de R\$ 43.900,00 para o período de 12 meses.

Foi juntado formulário de ANÁLISE DE RISCO SIGA Nº JFRJ-FOR-2024/01753 que anota 4 riscos e danos prováveis, em nível médio.

A AGLI/SCM solicitou o seguinte (DESPACHO SIGA Nº JFRJ-DES-2024/06261):

Tendo em vista que no TR juntado há menção a 3 (três) imóveis distintos em que há a necessidade de precificação em separado de cada um deles, deve ser juntado TR com a numeração de cada imóvel, perfazendo um único grupo logo na tabela do item 1.1. Exemplo: 1/G1 - Imóvel XX, 2/G1 - Imóvel XXX e 3/G1 - Imóvel XXXX.

Após, solicito devolução à AGLI para prosseguimento e pesquisa de preços.

Após juntada do TERMO DE REFERÊNCIA Nº JFRJ-TER-2024/00055 (27/02/2024), a Subsecretaria de Contratações e Material/Seção de Cotação elaborou pesquisa de preços de mercado, conforme mapa de preços datado de 07/05/2024 (JFRJCAP202403289), em que ficou registrado que, após consulta ao site de compras governamentais, não foram encontradas contratações semelhantes nos últimos 180 dias.

A Supervisão da SECOT/SCM informou o seguinte (DESPACHO SIGA Nº JFRJ-DES-2024/16123):

ASSESSORIA DE GOVERNANÇA DE LICITAÇÕES E CONTRATAÇÕES,



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Informo que a SEC foi recebida para pesquisa de preços em 27/02. Após consulta a diversas corretoras e seguradoras, o item 2 ficou com duas propostas porque a empresa Porto Seguro não cotou o seguro para o imóvel da Av. Rio Branco.

Tendo em vista o tempo necessário para marcação do do Pregão, encaminho mapa de preços e propostas juntados ao JFRJ-CAP-2024/03289.

Em 07/05/2024, a Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Finanças informou, conforme DESPACHO SIGA Nº JFRJ-DES-2024/16220, o que se segue:

De ordem, informo que a despesa consta da base contratual (EOF-2019/01102), referente ao ID. 115 - SEGAI, com disponibilidade orçamentária, motivo pelo qual sugiro o prosseguimento.

Apresento a classificação orçamentária da despesa para análise pela SEACO:

- Ação: JC

- PTRES: 168.312

- Elemento de Despesa: 33.90.39.69

A Seção de Orientação e Conformidade Contábil (DESPACHO SIGA Nº JFRJ-DES-2024/16229) informou que a classificação orçamentária indicada pela SOF encontra-se adequada.

A Coordenadoria de Contratações/SCM, solicitou à SGS o seguinte (DESPACHO SIGA Nº JFRJ-DES-2024/16397):

À SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE SERVIÇOS,

De ordem, em atenção ao Termo de Referência solicito estipular prazo para o Recebimento Definitivo a partir do Provisório, para possibilitar a elaboração da Minuta de Contrato.

A Supervisão em exercício da SEGAI/SGS devolveu o dossiê informando a juntada de novo Termo de Referência (TERMO DE REFERÊNCIA Nº JFRJ-TER-2024/00196, 22/05/2024), conforme DESPACHO SIGA Nº JFRJ-DES-2024/18523, a seguir transcrito:

À CONT,

De ordem, em atendimento ao despacho JFRJ-DES-2024/16397, informo que foi juntado ao presente expediente novo Termo de Referência JFRJ-TER-2024/00191 com a inclusão do prazo solicitado (no item 7.1).

A Direção da Subsecretaria de Contratações e Material encaminhou para análise as minutas de Edital e Termo de Contrato (DESPACHO SIGA Nº JFRJ-DES-2024/19130).



JFRJPAPR202401706A

PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Mediante DESPACHO SIGA Nº JFRJ-DES-2024/19255, a Direção desta Subsecretaria solicitou ajustes no termo de Referência, nos seguintes termos:

À SUBSECRETARIA DE GESTÃO DE SERVIÇOS,

Preliminarmente, para as seguintes adequações no TERMO DE REFERÊNCIA Nº JFRJ-TER-2024/00196:

- Juntar Anexos A e B mencionados no tópico 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- item B - PRAZOS: alterar a redação para "O prazo de vigência da contratação é o estabelecido na minuta de Termo de Contrato que integra o edital de licitação como anexo".

- incluir numeração para as disposições dos tópicos alfabéticos (C, D, E, F) em 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO. Exemplo:

C - DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

C.1. Importância segurada: deverá obedecer aos valores relacionados no Anexo A, para cada imóvel, no estado em que se encontram.

C.2. Apuração do sinistro: no caso de sinistro será realizada vistoria em conjunto por pessoal técnico indicado pelas partes, visando à elaboração de laudo circunstanciado, para sua regulação e respectiva liquidação. Nos últimos 05 (cinco) anos não houve sinistro.

C.3. Prêmios: Os prêmios correspondentes aos seguros deverão ser calculados sobre os valores das importâncias seguradas para as coberturas relacionadas no Anexo A, levando-se em conta as condições de segurança apresentadas no Anexo B.

C.4. Franquia: Deverá ser de, no máximo, 10% (dez por cento) dos prejuízos indenizáveis, com um mínimo de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais).

C.5. Indenizações: O prazo para liquidação dos sinistros é limitado a 30 (trinta) dias, contados a partir da entrega de todos os documentos básicos previstos no art. 41 da Circular SUSEP 621/2021.

C.6. Coberturas: As coberturas deverão ser concedidas na modalidade de 1º (primeiro) risco relativo para todos os imóveis.

C.7. Responsabilidade Civil: O limite máximo para cobertura é de R\$ 2.400.000,00 (dois milhões e quatrocentos mil reais), compartilhado entre todos os imóveis.

- Item D - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

- Alterar o texto em negrito para "do Termo de Contrato": Fornecer a apólice de seguro, devidamente assinada pelo representante legal junto à SUSEP, no prazo máximo de 15 (quinze) dias, após o início da



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

respectiva cobertura, valendo entre esta data e a da emissão da apólice a proposta de seguro a ser emitida juntamente com a assinatura deste instrumento.

- 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO:

- 2.2. Verificar ID no PCA 2024, não localizado em Portal Nacional de Contratações Públicas (pncp.gov.br)

- 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

- 7.1. Recebimento do Objeto: incluir o texto em negrito na redação do recebimento provisório: Provisoriamente: no ato da apresentação da Fatura/boleto e da Apólice de Seguro

- Incluir os seguintes subitens:

7.4. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.5. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

- Item 9 - ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO:

- 9.1: alterar a redação para "O valor estimado da contratação é o previsto no Edital de Licitação";

- 11. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

- Incluir, antes da tabela, o seguinte subitem:

- 11.1. Condutas passíveis de sanções, conforme Portaria n. JFRJ-PGD-2022/00034 da Direção do Foro da Seção Judiciária do Rio de Janeiro:

- Após a 2ª tabela, substituir os parágrafos redigidos pelos seguintes subitens:

- 11.2. A inexistência de conduta expressamente definida e classificada no Termo de Referência não exime o Particular do cumprimento integral das obrigações assumidas.

- 11.3. A classificação da conduta que não conste expressamente no Termo de Referência incumbe à gestão e/ou fiscalização contratual, por ocasião do descumprimento de qualquer item constante do Edital, Termo de Referência ou Contrato.



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

- 11.4. No caso de descumprimento injustificado de qualquer prazo fixado pela Administração, poderá ser aplicada multa moratória, à proporção de 0,3% (zero vírgula três por cento) por dia de atraso, calculada à base de juros compostos, observadas as seguintes condições:

- 11.4.1. A multa de mora incidirá sobre a parcela em atraso e poderá ser acumulada com quaisquer das demais sanções previstas nesta Portaria.

- 11.4.2. O percentual acumulado da multa de mora ficará limitado a 30% (trinta por cento) do valor contratual.

- 11.4.3. Os casos de atrasos superiores a 50% (cinquenta por cento) do prazo contratado poderão importar, além da aplicação da multa moratória máxima fixada na alínea anterior, atribuição de pontuação equivalente a uma falta de leve a gravíssima, à proporção da importância da parcela concretamente inadimplida.

- 11.5. Poderão ser aplicadas as demais sanções previstas na Portaria Nº JFRJ-PGD-2022/00034 da Direção do Foro da Seção Judiciária do Rio de Janeiro.

Através do DESPACHO SIGA Nº JFRJ-DES-2024/19784, a Supervisão em exercício da SEGAI/SGS informou o seguinte:

À SJA,

De ordem, em atendimento ao despacho JFRJ-DES-2024/19255, encaminho o presente expediente informando juntada do JFRJ-TER-2024/00205 com as alterações solicitadas e respectivos anexos inclusos.

Em 29/05/2024, consta a juntada da última versão do Termo de Referência - JFRJ-TER-2024/00205.

Preliminarmente, cabe ressaltar que a Lei Complementar Nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, em seu art. 48, prevê que a licitação com itens de valor até R\$ 80.000,00 deve ser efetuada com exclusividade para microempresas e empresas de pequeno porte, entretanto, a exclusividade não é absoluta, como no caso da atividade de seguros, consoante § 4º, inciso VIII, do Art. 3º da Lei Complementar Nº 123/2006, *in verbis*:

§ 4º Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado previsto nesta Lei Complementar, incluído o regime de que trata o art. 12 desta Lei Complementar, para nenhum efeito legal, a pessoa jurídica:

[...]

VIII - que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de **seguros privados** e de capitalização ou de previdência complementar;

Outrossim, cabe destacar que a empresa seguradora não apresenta nota fiscal de serviços, consoante dispõe o Art. 758 do código Civil, *in verbis*:

Art. 758. O contrato de seguro prova-se com a exibição da apólice ou do bilhete do seguro, e, na falta deles, por documento comprobatório do pagamento do respectivo prêmio.

Assim sendo, em relação às minutas de Edital e de Termo de Contrato, cumpre-me informar que atendem aos dispositivos legais em vigor, com fulcro nas Leis nº 14.133/2021, nº 12.846/2013 e na Lei Complementar nº 123/2006, alterada pela Lei Complementar nº 147/2014, cabendo sugerir as seguintes adequações:

Edital:

- Excluir a frase "Alterar a redação para" no item 9.6;

-Alterar a referência para Anexo IV em:

12 - DAS PENALIDADES

12.1 – A aplicação está disciplinada pela Portaria JFRJ-PGD-2022/00034, conforme **Anexo III** deste Edital e item 11 do Anexo I (Termo de Referência).

- Alterar no ANEXO II - PLANILHA DE PREÇOS MÁXIMOS: Item **3/G1**

Minuta de Contrato:

Alterar a redação em CLÁUSULA SÉTIMA – DO RECEBIMENTO:

7.1 - Provisoriamente, no ato da apresentação da Fatura/**Boleto** e da Apólice de Seguro observadas as condições estabelecidas no item 7.1 do Termo de Referência;

No que tange ao Anexo II - Planilha de Preços, parte integrante do Edital, esclareço que os quantitativos e respectivos valores dos itens foram elaborados pela AGLI/Subsecretaria de Contratações e Material, unidade responsável pela análise prévia a eventual publicação do edital.

Ademais, sugerimos, oportunamente, o encaminhamento à SOF, tendo em vista a alteração de ID apontada na versão atualizado do TERMO DE REFERÊNCIA Nº JFRJ-TER-2024/00205:

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2024 conforme detalhamento a seguir:

I. ID do item no PCA: 69 (PCA publicado e aprovado no sítio eletrônico da JFRJ [https://www.jfrj.jus.br/transparencia/licitacoes-e-contas-publicas/programacao-de-contratacoes.](https://www.jfrj.jus.br/transparencia/licitacoes-e-contas-publicas/programacao-de-contratacoes))



PODER JUDICIÁRIO
JUSTIÇA FEDERAL
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO RIO DE JANEIRO

Por fim, designam-se os servidores na forma abaixo elencada para a gestão e fiscalização dos contratos a serem firmados nos presentes autos, com fulcro no art. 117 da Lei nº 14.133/2021 (JFRJ-FOR-2024/01713):

GESTOR - CONTRATO

Titularidade Matrícula

Diana Marques de Souza Zielinsky

Titular 14316

Alexandre Ribeiro Rivello

Suplente 12929

FISCAL TÉCNICO - CONTRATO

Área de Atuação

Titularidade Matrícula

Alexandre Ribeiro Rivello

fiscalização técnica

Titular 12929

Eliana Mendes da Cunha Coelho

Suplente 13374

Diana Marques de Souza Zielinsky

fiscalização técnica

Titular 14316

Alexandre Ribeiro Rivello

Suplente 12929

É o Parecer.

Rio de Janeiro, 03 de junho de 2024.

- assinado eletronicamente -

GABRIELA ANDRADE CUNHA
ASSESSOR EM EXERCÍCIO
ASSESSORIA DE ANÁLISE DE CONTRATAÇÕES

- assinado eletronicamente -

LUCIANA BARÃO RODRIGUES
DIRETOR DE SUBSECRETARIA
SUBSECRETARIA JURÍDICO-ADMINISTRATIVA



JFRJ-PAR202401706A